

Saúde Pública

A reforma necessária

09 JUN 1996

André Gustavo Stumpf **CONSELHO D'AVULSO D'AVULSO**

As tragédias no serviço de saúde no Brasil estão se tornando banais. Elas se distinguem entre si apenas pelo número de mortes que conseguem produzir. Em Caruaru, foram, até agora, 52 vítimas de uma hemodiálise assassina. No Rio de Janeiro, na Clínica Santa Genoveva, 93 idosos encontraram seu descanso final em consequência da inépcia, da omissão, da ganância dos empresários e da inexistência de fiscalização do governo federal. Entre os dois, um único ponto em comum: o ministro Adib Jatene, que não tomou qualquer medida contra as duas clínicas, insiste no seu samba de uma nota só: é preciso criar um imposto especial para melhorar o atendimento médico brasileiro.

A atitude, digamos, distante do ministro da Saúde é perfeitamente adequada ao procedimento padrão do governo. O presidente Fernando Henrique pendurou o sucesso de sua administração nas reformas que devem ser aprovadas pelo Congresso Nacional. As reformas são do presidente, mas a aprovação é de

um Congresso constituído por 503 deputados e 81 senadores. Enquanto, os textos não são aprovados — o processo legislativo é lento —, o governo fica paralisado, não produz fatos, não inaugura obras, não enfrenta a grave questão do desemprego, nem se manifesta quando a inflação dobra de um mês para o outro, como ocorreu em maio em relação a abril.

A questão da saúde no Brasil é especialmente preocupante para o conjunto de reformas constitucionais e para a própria ideologia defendida pelo governo federal. Afinal de contas, os organismos de saúde foram privatizados, descentralizados, e boa parte deles está entregue a empresas prestadoras de serviço. Mas, apesar do receituário neoliberal, o sistema, como um todo, faliu. Os hospitais públicos são uma lástima. Não atendem bem, não dispõem de médicos, equipamentos, nem medicamentos. As clínicas e hospitais conveniados convivem com uma facilidade absoluta para obtenção do dinheiro público, mas

não oferecem nenhuma contrapartida. É verba jogada fora.

O caso da clínica Santa Genoveva é exemplar. Seus proprietários, Mansur José Mansur e Eduardo Quadros Espíndola, são, respectivamente, presidentes da Federação Brasileira de Hospitais e da Associação Brasileira de Psiquiatria. É gente que sabe, ou deveria saber, o que faz. Um e outro reclamam da falta de verbas. Mas, um e outro, esquecem de dizer que cada internação de um idoso na clínica do Rio de Janeiro custa à União R\$ 600 por mês. Em Caruaru, as vítimas da hemodiálise custavam R\$ 1.300 mensais para o governo. Dinheiro, portanto, há.

Existe uma terceira margem nessa tragédia nacional. São as empresas prestadoras de atendimento médico. A classe média, que foi expulsa dos hospitais públicos, se defendeu assinando contratos com essa novíssima modalidade de empresa. Em poucos anos, elas se multiplicaram, arrecadaram fortunas e decidiram não prestar o serviço médico anunciado. Todas estão envolvidas

em pesadas questões judiciais e enroladas em inquéritos nos Procons de todo o país. Os nomes de algumas dessas empresas passaram a ser sinônimo de roubalheira e embuste.

O brasileiro vive, hoje, no pior dos mundos. Os hospitais públicos não funcionam. Os hospitais conveniados, diante da certeza do recebimento de dinheiro do governo, deixaram de prestar o serviço e as empresas de atendimento de saúde passaram a prestar mais atenção no dinheiro do freguês, que na possibilidade de oferecer o prometido. Em verdade, o brasileiro está completamente desassistido. Não tem para onde correr. Diante desta realidade aprovar um novo imposto para a saúde parece ser uma leviandade. Pode até faltar dinheiro para o setor, mas o pouco que o governo coloca em hospitais públicos ou privados está sendo muito mal administrado. Se há uma reforma urgente e necessária, ela precisa ocorrer justamente no setor de saúde, onde, aliás, o modelo neoliberal não funcionou.